DOI: 10.5418/RA2016.1218.0014

REGIÕES DO AGRONEGÓCIO, NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E REESTRUTURAÇÃO URBANA

Agribusiness regions, new rural-urban relations, and urban restructuring

Regions de l'agrobusiness, nouvelles relations ville-campagne et restructuration urbaine

Ricardo Castillo

Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo; Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas; Unicamp. Instituto de Geociências. Cidade Universitária Zeferino Vaz. Rua Cora Coralina, s/n. Campinas, SP. 13086-896 ; E-mail: castillo@ige.unicamp.br

Denise Elias

Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1996); Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará; UECE. Programa de Pós Graduação em Geografia. Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza-CE. CEP: 60.714.903 ; E-mail: deniseliasgeo@gmail.com

Dimas Peixinho,

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro ; Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí - Unidade de Estudos Geográficos; Universidade Federal de Goiás. Rua Honorato de Carvalho, 3930,Vila Fátima - Jataí -GO - CEP 75803-017; E-mail: dimaspeixinho@yahoo.com.br

Eve-Anne Bühler

Doutorado em Geografia pelo Institut National Polytechnique de Toulouse – França ; Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ; Departamento de Geografia - IGEO – UFRJ - Rua Athos da Silveira Ramos, n. 274, G-025; 21941-916 Cidade Universitária Rio de Janeiro – RJ ; E-mail: eve.buhler@gmail.com

Renato Pequeno,

Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. Universidade Federal do Ceará, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Avenida da Universidade, 2890, Benfica. 60020 181, Fortaleza-Ce; E.mail: renatopequeno@gmail.com

Samuel Frederico

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo ; Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus Rio Claro; UNESP. Departamento de Geografia. Av. 24a, 1.515, Bela Vista, Rio Claro-SP. 13.506-900; E-mail : sfrederico@rc.unesp.br

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

RESUMO

No atual período histórico, caracterizado pela forte internacionalização do modo de produção capitalista, importantes transformações de ordem técnica, política e econômica têm promovido intensa reestruturação produtiva da agropecuária. Esta tem se caracterizado, entre outros, pela produção de *commodities*, de combustíveis renováveis, de frutas tropicais e de matérias-primas para vários ramos agroindustriais, com seu funcionamento regulado cada vez mais pela economia de mercado, em razão de demandas urbanas e industriais, em grande parte voltadas à exportação. Outra importante característica do setor é a apropriação de tais processos por parte de corporações multinacionais, associadas em especial ao capital industrial e financeiro, que compõem parte das novas redes de governança global que determinam como e o que se produz no campo. O presente artigo é fruto das ideias discutidas no Grupo de Trabalho de mesmo nome ocorrido durante o XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), ocorrido em 2015. O principal objetivo é contribuir para aprofundar os debates acerca das dinâmicas territoriais do agronegócio brasileiro e argentino, particularmente a especialização produtiva do território; as novas relações campo-cidade e a logística agroindustrial; a reestruturação urbana e a ampliação das desigualdades socioespaciais.

Palavras-chave: regiões do agronegócio, relações campo-cidade, reestruturação urbano-regional, circuito espacial produtivo, logística agroindustrial

ABSTRACT

Economic globalization, featured by international trade liberalization process, has improved an intensive agricultural and livestock production restructuring. These activities are characterized by the production of agricultural commodities, renewable fuels, tropical fruits and raw materials for several industrial branches, mainly for export. Another important feature arising from the globalized agribusiness is the large corporations rule over the production and trade process. Associated to the industrial and financial capital, these big agribusiness companies spearhead the new global governance networks, which rule the agricultural production. This article emerge from the issues discussed on the working group called "Agribusiness regions, new rural-urban relations, and urban restructuring", held in the XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), in 2015. The article's main goal is to contribute to deepen the debate on the agribusiness territorial dynamics in Brazil and Argentina, highlighting the following issues: the territorial specialized production, the new rural-urban relations, the agribusiness logistics, the urban restructuring, and the social and spatial inequalities.

Keywords: agribusiness regions, rural-urban relations, urban and regional restructuring, productive spatial circuits, agribusiness logistics

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

RÉSUMÉ

Dans l'actuelle période historique caractérisée par la forte internationalisation du mode de production capitaliste, des transformations d'ordre technique, politique et économique, ont provoqué une large restructuration productive en agriculture. Celle-ci se traduit, en particulier, par la consolidation de l'agrobusiness dans la production de *commodities*, d'agroénergies, de fruits tropicaux et de matières premières à destination des agroindustries. Son fonctionnement est de plus en plus marqué par l'économie de marché, du fait des demandes urbaines et industrielles qui constituent, en outre, des débouchés en grande partie tournés vers l'exportation. La domination des firmes multinationales sur ces processus est une autre caractéristique importante de ce secteur. Associées au capital industriel et financier, elles intègrent les nouveaux réseaux de la gouvernance globale qui déterminent les conditions de production dans les campagnes. L'article suivant est le fruit des échanges tenus dans le GT du même nom lors du XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), en 2015. Il vise à contribuer aux débats sur les dynamiques territoriales de l'agrobusiness au Brésil et en Argentine, en particulier sur les thèmes ci-après: la spécialisation productive du territoire; les nouvelles relations ville-campagne et la logistique agroindustrielle; la restructuration urbaine et l'accroissement des inégalités socio-spatiales.

Mots clefs: régions de l'agrobusiness; relations ville-campagne; restructuration urbaine; circuit spatial productif; logistique agroindustrielle.

INTRODUÇÃO

Como já foi amplamente discutido no âmbito das ciências sociais, a modernização da agricultura brasileira, compreendida como a inserção de novos sistemas técnicos e novas formas de gestão no setor, consolida-se na década de 1960. Patrocinada, regulada e articulada pelo Estado centralizado (Delgado, 1985, 2012; Silva, 1998; Mazzali, 2000), a agropecuária foi inserida na lógica da produção industrial de forma social e espacialmente seletiva. Mas é somente na década de 1990, no contexto da neoliberalização econômica, da regulação híbrida do território (Antas Jr., 2014) e do protagonismo das políticas das grandes empresas (Santos, 1997), que se pode falar efetivamente em *agronegócio globalizado* no Brasil. O termo sugere que o setor agropecuário passa a ser controlado mais diretamente pelas corporações industriais ou comerciais nacionais ou transnacionais, mas sempre com a decisiva participação do Estado através, sobretudo, de políticas setoriais e de financiamentos.

Desde então, podem ser observadas mudanças significativas no processo de regionalização produtiva, nas relações campo-cidade e na estruturação urbana. Às regionalizações erigidas sob o comando do agronegócio globalizado, Elias (2013) chama de regiões produtivas

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

do agronegócio (RPAs). Estas emergem em diferentes porções do território brasileiro e se especializam em variados setores da agropecuária, marcadas por heranças geográficas particulares, mas sempre em busca de uma inserção cada vez mais competitiva nos mercados internacionais (Castillo, 2008a, 2008b; Castillo & Frederico, 2010a).

Nos dias de hoje, particularmente a partir da crise financeira mundial de 2008, a agricultura se tornou um setor bastante atrativo aos investimentos financeiros e à ação de capitais de outros ramos produtivos, envolvendo aquisição e arrendamento de terras para a produção de agrocombustíveis, alimentos (principalmente grãos) e florestas plantadas, fortalecendo novos modelos de organização produtiva que se aproximam das organizações industriais e que podem ser designados como agricultura corporativa ou agriculturas empresariais (Bühler & Oliveira, 2012; Guibert et al., 2015). Soma-se ainda a esse processo de aquisição e controle da terra para a produção, um grande movimento de especulação fundiária, especialmente nas bordas da fronteira agrícola moderna.

Quanto às relações campo-cidade e à reestruturação urbana, muitas são as suas determinações, dentre as quais destacamos aqui a emergência dos espaços da globalização (Santos, 1996) decorrentes da regionalização do agronegócio globalizado. A sociabilidade urbana estende-se ao campo modernizado que, por sua vez, demanda funções urbanas que respondam ao consumo produtivo da agropecuária intensiva, tais como comércio e serviços especializados, armazenamento e processamento de matérias-primas agrícolas, finanças, logística, administração e contabilidade agrícolas, assistência técnica, dentre outros.

As cidades pequenas e médias tornam-se a base de operações de agroindústrias, *trading companies*, grandes cooperativas, associações setoriais, sindicatos rurais patronais e trabalhistas, bancos, empresas de transporte e logística, instituições públicas e privadas de pesquisa agropecuária e poderes públicos locais impotentes, complacentes ou coniventes em relação ao modelo de desenvolvimento pautado em monocultivos, à concentração fundiária e econômica (Borras *et al.*, 2012), à baixa diversificação produtiva no campo e aos riscos ambientais, sociais e econômicos envolvidos (Dubos-Raoul & Bühler, 2015). Em termos demográficos, os menores municípios, sobretudo aqueles caracterizados por Elias (2006, 2007, 2011), Elias & Pequeno (2007) e Frederico (2011) como cidades do agronegócio, tendem a ser os mais vulneráveis, uma vez que suas economias são altamente dependentes de um único setor produtivo, tornando-se os elos mais frágeis de circuitos espaciais produtivos de alcance mundial, cujo comando político encontra-se alhures.

Nessa situação, as relações campo-cidade se transformam, revelando um complexo sistema de interações espaciais (Corrêa, 1997) muito distinto do característico êxodo rural

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

que marcou os primeiros momentos de modernização conservadora (Pires & Ramos, 2009) da agricultura brasileira. Agora, principalmente a partir da década de 1990, o que se observa é uma dinâmica demográfica que combina migração ascendente com migração descendente (Santos, 1993; Elias, 2011) e um fluxo permanente e estrutural de pessoas (trabalhadores de diversos níveis de qualificação), mercadorias (insumos produtivos e matérias-primas) e informação (banal e produtiva) entre o campo modernizado e a cidade funcional à agricultura intensiva. As desigualdades sociais e as contradições de classe se expressam de maneira emblemática nas cidades funcionais ao campo moderno, tanto na materialidade do tecido urbano (segregação socioespacial), quanto no estigma que caracteriza os bairros de ocupação popular.

São estas algumas das principais questões que foram levantadas no Grupo de Trabalho "Regiões do Agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana", proposto para o XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, ocorrido em Presidente Prudente em outubro de 2015.

O objetivo deste artigo é retomar essas questões a partir da incorporação dos artigos aprovados no Grupo de Trabalho supracitado, através de três eixos de discussão: 1) regiões produtivas do agronegócio e competitividade; 2) circuitos espaciais produtivos e logística agroindustrial; 3) novas relações campo-cidade e reestruturação urbana.

REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO E COMPETITIVIDADE

As regiões produtivas do agronegócio (RPA) são constituídas pela combinação entre espaços agrícolas modernos e espaços urbanos não metropolitanos (principalmente pequenas cidades) e "são perpassados pelos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de importantes *commodities*" ou outros produtos agropecuários, comandados por empresas nacionais e transnacionais (Elias, 2013, p. 201). Essas frações do território são privilegiadas em termos de investimentos públicos e privados, "formando os focos dinâmicos da economia agrária, ou seja, são áreas de difusão de vários ramos do agronegócio, palco de circuitos superiores do agronegócio globalizado" (Elias, 2011, p. 155).

Tais características, no entanto, não resultam em espaços homogêneos. Ao contrário, a fragmentação geográfica, a desigualdade socioespacial e a diversidade de situações são uma constante no processo de regionalização do agronegócio globalizado. A fragmentação do espaço agrícola decorre da seletividade dos investimentos produtivos e das ações do Estado na implantação de infraestruturas; também é da esfera da fragmentação territorial a predominância das relações verticais que articulam as RPAs com os mercados internacionais, através dos agentes da distribuição, em detrimento de relações horizontais

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

com os espaços adjacentes e com o território nacional. Trata-se daquilo que Bacelar (2000) denominou de *desintegração competitiva*.

As desigualdades socioespaciais, por sua vez, são heranças espaciais dialeticamente recriadas nas RPAs, e se expressam tanto no campo quanto nas cidades. Nestas, a acentuada segregação urbana define, por um lado, os espaços ocupados pelas classes sociais mais abastadas e pelas empresas, atendidos por infraestruturas e serviços de alta qualidade e, por outro, os espaços pouco assistidos pelo poder público local, onde habitam os mais pobres, tanto aqueles vinculados às empresas do circuito superior, quanto aqueles que se filiam ao circuito inferior da economia urbana. No campo, os pequenos agricultores à margem da acumulação ampliada do capital do agronegócio são expulsos de suas terras ou resistem a duras penas, por conta própria ou com a ajuda ínfima de órgãos públicos. Por sua vez, produtores médios equipados podem se manter graças à diversificação das suas atividades, prestando serviços para as agriculturas empresariais, tais como plantio, colheita, etc.

A diversidade de situações geradas pelas RPAs também merece destaque. Cada produto ou setor da economia agropecuária possui características únicas que são decisivas na arquitetura dos circuitos espaciais produtivos e na formação de regiões produtivas (Castillo, 2013, 2015). Segundo Elias (2011, p. 157), "cada *commodity* possui suas próprias exigências de insumos químicos, serviços, força de trabalho, tecnologia, capital, maquinário etc., o que resulta em arranjos territoriais produtivos distintos".

No processo geral de regionalização, as regiões produtivas constituem um caso muito particular, tanto em relação às determinações de sua emergência, quanto no que diz respeito às formas de sua regulação, à sua longevidade, às implicações sociais, econômicas e ambientais de sua existência e às suas relações com o território em todas as suas escalas (Castillo, 2008a, 2015), diferenciando-as decisivamente da região em seu sentido clássico (Santos, 1994), isto é, como resultante de uma interação particular entre uma fração da sociedade e uma fração do espaço, na longa duração.

Uma das particularidades que distingue as regiões produtivas (as RPAs em particular) das regiões tradicionais é sua vocação para a competitividade. Essa é a sua força e também a sua fraqueza, pois esse atributo interfere diretamente na reprodução de suas condições gerais de produção e, portanto, na sua duração, já que as RPAs não têm autonomia de existência (Santos, 1996) e dependem de condições externas a ela mesma para a sua reprodução.

A competitividade à qual nos referimos pode ser compreendida como uma prática e como um discurso bem característicos do período histórico atual, marcado pela neoliberalização da economia (Peck & Tickell, 2002). Trata-se de um "um parâmetro

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

mundializado de desempenho de agentes econômicos e de qualidade e custo dos produtos", ao mesmo tempo em que também é "um discurso que busca justificar a política das empresas e a política dos Estados para assegurar a inserção de alguns produtos em seus respectivos mercados internacionais" (Castillo, 2015, p. 105).

> Mas a competitividade também é uma qualidade do espaço geográfico, considerando que as regiões e os territórios podem ser mais ou menos adequados às exigências dos mercados internacionais. A competitividade territorial ou regional resulta da rara combinação entre fatores materiais (naturais e/ou técnicos) e imateriais de produção e de circulação/distribuição de um dado produto ou cadeia produtiva, numa dada fração do espaço geográfico (Castillo, 2015, p. 105).

As regiões produtivas do agronegócio estão sempre procurando ampliar seus níveis de competitividade, já que disso depende sua existência. Essa busca permanente é também a marca da sua instabilidade e da vulnerabilidade dos municípios (e suas populações) às oscilações dos preços das *commodities* nos mercados internacionais e às decisões de grandes empresas do agronegócio que, por definição, não têm nenhum compromisso e responsabilidade com os lugares da produção (Castillo, 2008a; 2008b; Castillo & Frederico, 2010a). É assim porque o motor da competitividade é a competição na escala internacional.

Se, por um lado, a competitividade é um *atributo* ou qualidade *de* um agente ou *de* uma fração do espaço geográfico, por outro lado, a competição é uma *relação entre* agentes e *entre* frações do espaço (Castillo, 2015), entre RPAs de um mesmo setor. A guerra entre os lugares (Santos, 2002), fenômeno antigo e normalmente restrito às formações socioespaciais (Santos, 1977), agora se amplia e alcança a escala planetária.

É mais ou menos dentro dessa perspectiva teórica que importantes contribuições foram aportadas ao Grupo de Trabalho, abordando diferentes regiões e diferentes setores, tais como a produção leiteira no estado do Rio de Janeiro; a expansão dos grãos (binômio soja/milho, cadeia grãos-carnes) no Cerrado (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins e Bahia), na Amazônia (Pará e Rondônia) e na Argentina; a consolidação do setor sucroenergético em Goiás, a cafeicultura em Minas Gerais e a fruticultura irrigada no Semiárido (Rio Grande do Norte e Ceará[1]).

No caso da produção do leite fluído, mudanças técnicas e normativas foram implementadas com o objetivo de racionalizar a produção, melhorar a qualidade do produto, alongar seu prazo de validade e diminuir sua dependência em relação à cadeia do frio (processo UHT e embalagem longa vida). A partir da década de 1990, uma nova divisão

[1] Elias (2006) considera que, entre as regiões produtivas do agronegócio existentes na região Nordeste, uma delas é composta por partes dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte (especialmente Mossoró, Açu, Ipanguaçu, Baraúnas) e do Ceará (notadamente Limoeiro do Norte, Russas, Quixeré, Aracati e Icapuí) a qual é especializada na produção de frutas tropicais, em especial melão e banana, sendo esta a principal área produtora de melão do país

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

territorial do trabalho setorial se estabeleceu, desorganizando as antigas bacias leiteiras, desfazendo circuitos regionais produtivos (Santos, 1988) baseados no leite pasteurizado, nos quais à produção regional correspondia um consumo regional, e estabelecendo um novo sistema de relações de poder com a entrada de novos agentes e processos.

A este respeito, Albuquerque (2015) constata que a modernização do setor do leite fluído e derivados não somente alterou o processo geral de regionalização produtiva, como também atraiu capitais transnacionais e capitalizou cooperativas, impondo sistemas rígidos de integração e excluindo pequenos pecuaristas incapazes de atender às exigências técnicas e organizacionais impostas, impactando diretamente os pequenos pecuaristas das mesorregiões Noroeste e Sul Fluminense.

Um importante eixo de discussão presente no Grupo de Trabalho foi a expansão de grãos nos lugares de reserva (Santos, 1993), também chamados de fundos territoriais (Moraes, 2002) ou fronteira agrícola moderna. Faccin (2015) chama a atenção para o fato de que o protagonismo atual do Cerrado de maneira geral e do Centro-Oeste em particular na produção de grãos somente ocorreu com fortes incentivos do Estado[2]. A mesma autora considera que no Mato Grosso do Sul estamos assistindo a um processo de formação de regiões competitivas agroindustriais da soja, cujas implicações têm sido a exclusão dos pequenos produtores, a diminuição da diversidade produtiva e o deslocamento da pecuária extensiva e seu confinamento (conversão em pecuária intensiva).

Lima & Nóbrega (2015) também constatam o papel central do Estado na expansão da fronteira agrícola moderna, ao analisar o setor de grãos em Tocantins, cujos principais atrativos são as infraestruturas logísticas, os benefícios fiscais e o baixo preço relativo da terra. Dentre as principais implicações do avanço da soja, as autoras destacam a especulação fundiária, a expulsão dos camponeses e a precarização do trabalho no campo e na cidade (Lima & Nóbrega, 2015).

Em estudo sobre o Cerrado baiano, Menezes (2015) destaca os processos de fragmentação e alienação territoriais decorrentes da região produtiva da soja polarizada pelos municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães. O autor destaca dois casos emblemáticos nessa RPA: Formosa do Rio Preto e São Desidério, duas das maiores rendas agrícolas do país, mas que "não desenvolvem serviços especializados capazes de atender sua hinterlândia composta por um campo moderno". Há dois processos de fragmentação

[2] As políticas das empresas "exigem intervenção estatal via programas, incentivos, crédito, investimentos em pesquisa e desenvolvimento rural, e, por outro lado, também exigem (...) flexibilização das leis do trabalho e relaxamento da legislação ambiental" (Faccin, 2015, p. 9.569). Silva & Peixinho, ao analisar a expansão da agroindústria canavieira em Goiás, também ressaltam a imprescindibilidade das ações do Estado (em suas diversas escalas) para a expansão do grande agronegócio no Cerrado (2012).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

envolvidos aí: 1) a própria RPA se apresenta como fragmento diante do estado da Bahia, do Nordeste e do território nacional; 2) a fragmentação entre o campo moderno e o núcleo urbano dos municípios mencionados. Esse campo moderno, constituído por grandes fazendas através da expropriação ou expulsão de antigos ocupantes (geraizeiros), é diretamente integrado aos centros urbanos de LEM e Barreiras, uma vez que os núcleos urbanos de Formosa do Rio Preto e São Desidério "não desenvolvem serviços especializados capazes de atender sua hinterlândia" (Menezes, 2015, p. 9.660).

Essas cidades (LEM e Barreiras) que estão no topo da rede urbana regional do Oeste da Bahia são justamente o tema de pesquisa de C. D. Santos (2015). A chamada "região produtiva do agronegócio de Barreiras" tem se mostrado como uma das mais dinâmicas do território brasileiro, tanto em termos de competitividade, quanto em relação às desigualdades sociais, econômicas e geográficas que engendra. Em Barreiras e LEM instalaram-se algumas das mais importantes empresas do agronegócio, tais como Bunge, Cargill, ADM, Amaggi, LDC, Noble, Multigrain e SLC, desenvolvendo um modelo produtivo "que combina economia de escala, gestão profissional e acesso aos mercados de capitais, não deixando espaço para pequenos produtores", reforçando problemas históricos de concentração fundiária e de renda, desarticulação do campesinato e expansão da monocultura, e criando novos problemas, como a privatização da água, a precarização do trabalho e a urbanização desordenada (Santos, C. D., 2015, p. 9.699)[3].

Nos lugares de reserva da Amazônia, o estudo de Silva & Conceição (2015) mostra como o agronegócio da soja se cristalizou em Vilhena (RO), Santarém (PA) e Belterra (PA), com a presença de grandes empresas como Cargill, Amaggi e Bunge, expropriando o campesinato historicamente enraizado na região. As acirradas contradições decorrentes deste embate entre o campesinato e os capitais do agronegócio têm provocado o uso corporativo do território (Santos & Silveira, 2001) ou a monopolização do território pelo capital (Oliveira, 1991). Silva & Conceição (2015, p. 9.724) concluem que nos três municípios mencionados, "as transformações forçadas pelos fluxos da agricultura globalizada não se realizam somente em áreas de densidade técnica e produtiva, mas em regiões periféricas que acabam sendo *reserva de lugares* do capital global".

Ainda no setor de grãos, Bender (2015), ao analisar a agroindústria da soja na Argentina, avança a hipótese de que a especialização regional produtiva (polo agroindustrial e portuário no entorno de Rosário, que concentra 80% da produção agrícola e industrial num raio de 300 a 400 Km) e as infraestruturas logísticas inserem de forma muito competitiva a soja

[3] Sobre (re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais nas cidades de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, ver Elias e Pequeno, 2015.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

argentina no mercado internacional. Isso permitiu e tem sustentado uma forte política tributária incidente sobre a exportação de soja e derivados (decrescente em relação ao valor agregado) que tem sido capaz de reerguer a economia do país, ao contrário do que ocorre no Brasil. "As vantagens ligadas à localização e infraestrutura da agroindústria argentina (...) geram uma renda diferencial que o Estado Nacional capta, pelo menos em parte, através das chamadas *retenciones*" (Bender, 2015, p. 9.624).

Não há dúvidas de que a soja argentina goza de elevados níveis de competitividade e de que o polo agroindustrial da soja de *up river*, nas imediações da cidade de Rosário, é indiscutivelmente competitiva, tanto do ponto de vista da produção quanto da circulação. A política tributária praticada tem beneficiado a economia argentina como um todo, o que, por um lado, parece ser bastante promissor, mas, por outro, torna essa mesma economia altamente dependente de um único setor (29% das exportações argentinas) e exposta às oscilações da *commodity* e às políticas das empresas que controlam sua comercialização no mercado globalizado.

Quanto ao setor sucroenergético, Mesquita (2015) propõe uma abordagem bastante original da expansão do agronegócio canavieiro no estado de Goiás. Seu argumento principal é o de que apesar do setor no Brasil ser tipicamente um caso de agricultura produtivista, no qual predomina a homogeneidade dos monocultivos e dos produtos finais (açúcar e etanol), ele não é indiferente às especificidades locais e é heterogêneo no que diz respeito ao segmento agrícola. Diferentemente da soja, uma cultura temporária que fica no solo apenas por alguns meses, a cana-de-açúcar é uma cultura semiperene, muito mais dependente das condições edafoclimáticas e morfológicas, dos chamados *ambientes de produção*, de onde vem a necessidade de variedades específicas e técnicas de manejo adaptadas às condições naturais locais. "Cada variação nos solos, na altitude, no regime pluviométrico, nas pragas, nas plantas daninhas etc. demanda um tipo particular de manejo, tanto voltado para superar uma limitação, quanto para usar as potencialidades de que [cada ambiente de produção] dispõe" (Mesquita, 2015, p. 9.578).

No caso de ambientes desfavoráveis, maior é a dependência de pesquisas, estratégias de inovação e de uma força de trabalho qualificada e treinada localmente, produzindo um conhecimento local pouco transferível. Trata-se de um modelo produtivo baseado na técnica específica, combinada com uma técnica geral (Mesquita, 2015), imprescindível para a competitividade das regiões produtivas do setor. Nesse sentido, as distinções entre as RPAs da soja e do setor sucroenergético, e as estratégias de que se valem para tornar-se competitivas, podem ser em grande medida explicadas por suas características intrínsecas

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

(Castillo, 2013)[4], cujo conhecimento é imprescindível para compreender suas formas de regionalização, seu circuito espacial produtivo e as contradições que suscita (Castillo, 2015).

Duas outras importantes contribuições ainda precisam ser abordadas para fechar esse eixo de discussão sobre as regiões produtivas e a competitividade do agronegócio. Manzoni Neto (2015) defende a ideia de que, desde os anos 2000, o Governo Federal incorporou o discurso e a prática da competitividade territorial, expressa no planejamento, como é o caso do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), implantado em 2004. Em nome do desenvolvimento territorial, foram criados até o momento mais de duas centenas de territórios rurais baseados em critérios de pobreza rural. A incoerência do Programa está no fato de que se propõe, como forma de superação da pobreza, que esses territórios desenvolvam projetos pautados pela competitividade, a partir da equivocada concepção de que todos os agentes - e todas as regiões produtivas (ou "territórios", como prefere a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário) - poderiam ser competitivas (Bristow, 2005). Apesar dos critérios adotados na definição dos Territórios Rurais, o fato é que, contraditoriamente, há muitas sobreposições entre estes e RPAs com vocação competitiva. O autor conclui que existe uma incompatibilidade entre, de um lado, Territórios Rurais (que, teoricamente, deveriam se pautar por autonomia produtiva, políticas de baixo para cima, integração de espaços e agentes e autogestão) e, de outro, as regiões competitivas agroindustriais (pautadas pela baixa autonomia produtiva e política, pela especialização econômica e fragmentação geográfica) (Manzoni Neto, 2015).

Por fim, Cogueto (2015) discute as Indicações Geográficas a partir da combinação entre regiões tradicionais (construídas historicamente na longa duração), enquadradas a partir da noção de *região como fato* (Ribeiro, 2004) e regiões produtivas vinculadas a demandas externas, compreendidas no âmbito da *região como ferramenta* (Ribeiro, 2004). A autora conclui que as Indicações Geográficas, hoje, são resultantes das dinâmicas da globalização, resgatando, contraditoriamente, a noção clássica de região para que se torne funcional "às demandas do mercado globalizado" (Cogueto, 2015, p. 9.615).

CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS E LOGÍSTICA AGROINDUSTRIAL

Os conceitos de circuito espacial produtivo e de círculos de cooperação no espaço (Santos, 1988; Santos & Silveira, 2001) são centrais para os estudos da regionalização

[4] Algumas das mais significativas características intrínsecas do setor sucroenergético são: a impossibilidade de armazenamento da matéria-prima (cana-de-açúcar), a semiperenidade da cultura, a flexibilidade da unidade industrial (possibilidade de produzir açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e outros derivados) em função das condições dos mercados e a cogeração de energia elétrica (Castillo, 2013).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

produtiva, das relações campo-cidade, da reestruturação urbana e das redes de cidades. Como observa Elias (2011, p. 153), as regiões produtivas do agronegócio abrigam, tanto no campo, quanto na cidade, etapas estratégicas dos circuitos produtivos de *commodities* e outros produtos agropecuários de alcance mundial, comandados por grandes empresas do agronegócio.

Por trás do conceito de circuito espacial produtivo, subjazem duas ideias fundamentais: 1) apreender a unidade das diversas instâncias da produção, isto é, produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo (Marx, 2008); 2) captar o movimento da produção, através da análise de *um produto* ou setor de atividade econômica e dos *diversos agentes e lugares* envolvidos em sua produção. No atual período histórico, marcado por processos de neoliberalização e pela grande mobilidade do capital financeiro e de algumas frações do capital industrial pautadas pela competitividade, os circuitos espaciais produtivos de alguns setores selecionados alcançam a escala mundial.

De acordo com Castillo & Frederico (2010b, p. 464-465),

> os *circuitos espaciais de produção* pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente; os *círculos de cooperação no espaço*, por sua vez, tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção.

Alguns dos objetivos precípuos do emprego deste par de conceitos são: 1) compreender a natureza das interações espaciais envolvidas nas trocas setoriais e intersetoriais e na matriz insumo-produto de setores particulares da economia; 2) analisar o papel de cada lugar na lógica de localização das atividades econômicas e na estratégia das empresas - principalmente das grandes corporações; 3) avaliar as mudanças na rede urbana decorrentes da organização dos fluxos setoriais; e 4) estimar as implicações sociais, econômicas e ambientais para os lugares, regiões produtivas e territórios que abrigam etapas dos circuitos produtivos.

No grande setor agropecuário, alimentar e energético, podem ser identificados diversos ramos e produtos específicos, cada um transitando em seu próprio mercado internacional (Hirst & Thompson, 1998) e cada um conformando seu próprio circuito espacial produtivo. São exemplos emblemáticos a soja (ou o complexo soja), a cana-de-açúcar (ou setor sucroenergético), papel e celulose, frutas tropicais dentre tantos outros. Em todos esses casos, é fácil reconhecer que alguns agentes, sobretudo empresas de comercialização (*trading companies*), agroindústrias e frações do capital financeiro, exercem comando político e econômico dos circuitos produtivos, pautando-se pela lógica das redes, em oposição à

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

lógica dos territórios (Santos, 1996; Dias, 2004). A esta última estão submetidos diversos outros agentes, mormente os pequenos e médios agricultores e pecuaristas, "presos" à terra e sujeitos às contingências locais, regionais e nacionais, mas também pequenos e médios comerciantes e prestadores de serviços.

Bunge, Cargill, ADM, LDC, Ammagi, Noble, JBS, Raízen são bons exemplos de reconhecidas *tradings* e agroindústrias que tradicionalmente comandam circuitos espaciais produtivos. Todavia, mais recentemente, verifica-se também a presença de representantes do capital financeiro internacional, como fundos de pensão, empresas de *private equity*, fundações e instituições bancárias, por meio de participação societária nas empresas agrícolas e do controle direto e indireto da terra e demais recursos. Esses grandes capitais atuam em diversos setores, regiões e países sem estabelecer nenhum laço de compromisso ou de responsabilidade com nenhum lugar em particular. Desenvolvem estratégias de controle sobre as diversas etapas produtivas, os recursos (como terra, água, sementes e tecnologias), os agentes e os lugares envolvidos em cada um dos circuitos espaciais produtivos em que atuam, controlando, de certo modo, os mercados internacionais[5].

A logística agroindustrial emerge como uma variável central na expansão dos circuitos espaciais produtivos de *commodities* e outros produtos agropecuários e em seus respectivos círculos de cooperação, seja para movimentar grandes volumes de grãos, cana-de-açúcar, madeira de eucalipto e outros produtos, com alta eficiência e baixos custos, seja para exportar produtos de maior valor agregado e/ou de alta perecibilidade, como flores ou frutas tropicais, que demandam estratégias que equacionem custos e tempo de entrega.

De acordo com Castillo (2008a, 2008b) e Castillo & Frederico (2010a), compreendemos a logística como a articulação de três competências primordiais na organização dos fluxos materiais: 1) infraestruturas e equipamentos: nós complexos de transporte de mercadorias ou nós logísticos (Braga & Castillo, 2013) e o sistema viário que lhes confere acessibilidade; 2) sistemas normativo-regulatórios (desde concessões de exploração de serviços públicos de transporte a empresas privadas até as legislações locais de carga e descarga e restrições municipais de circulação de mercadorias); 3) competências estratégicas e operacionais (conhecimento especializado sobre as inúmeras variáveis infraestruturais e normativo-regulatórias, em diversas escalas geográficas, na forma de prestação de serviços e formulação de estratégias). Esses atributos envolvem o Estado (em

[5] A oscilação dos preços dos produtos alimentares - das commodities agrícolas em particular - bastante controlados pelos grandes capitais do agronegócio, é o tema desenvolvido por Esteves (2015). Dentre as diversas causas da volatilidade dos preços de alimentos, como os fatores climáticos e a marginalização da agricultura familiar em relação aos investimentos em infraestrutura, ao crédito, à assistência técnica e ao respaldo jurídico, o autor destaca a produção de etanol de milho nos EUA e a produção de etanol de cana-de-açúcar no Brasil como fatores indiretos do aumento do preço de alimentos na escala mundial, agravados pela especulação sobre as matérias-primas alimentares após a crise financeira de 2008 (Esteves, 2015).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

suas diversas escalas de atuação) e operadores logísticos (dentre outros agentes), através de objetos e ações capazes de ampliar a mobilidade espacial de determinadas empresas (agentes hegemônicos) em busca de competitividade.

É dentro destas concepções que Faccin (2015), ao trabalhar com o conceito de circuito espacial produtivo, como o "mais adequado para compreender a articulação entre o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e a racionalização dos fluxos materiais" (p. 9.568), observa que a competitividade do complexo soja e de suas regiões produtivas no Mato Grosso do Sul é muito dependente de uma reestruturação logística, atualmente em curso. Esta se realiza por meio de uma combinação entre políticas públicas federais e estaduais e políticas das empresas, reforçando a topologia extravertida das redes de transporte no Mato Grosso do Sul (Faccin, 2015).

Do mesmo modo, Lima & Nóbrega (2015) argumentam que o papel das políticas públicas na atratividade do estado de Tocantins para o agronegócio globalizado está, entre outras coisas, nos investimentos em infraestruturas logísticas, notadamente na implantação da Ferrovia Norte-Sul. Por sua simples presença, uma infraestrutura como essa, tecnicamente adequada ao transporte de produtos de grande volume e baixo valor agregado a longas distâncias, já é capaz de gerar grandes impactos e transformar os usos do território em favor do agronegócio globalizado, já que possibilita o acesso a grandes portos exportadores.

Bender (2015), por sua vez, demonstra como as infraestruturas e formas de organização logísticas são fundamentais para a inserção competitiva da soja argentina no mercado internacional. Segundo o autor, "[a] logística integrada entre ferrovias, estradas e hidrovias, e as rendas derivadas das vantagens na localização e concentração espacial da produção de soja, permitem ao polo agroindustrial aumentar seu ritmo de expansão e ser altamente competitivo no mercado internacional, apesar da forte carga impositiva que apresenta este setor" (Bender, 2015, p. 9.628).

A partir de um estudo sobre o papel do capital varejista e suas estratégias de controle e governança do setor agroalimentar, através da difusão dos sistemas de certificação e auditoria, Bezerra (2015) acaba por demonstrar o papel central que os agentes que lidam com a logística de distribuição exercem sobre o agronegócio globalizado. Estudando as regiões produtivas de frutas tropicais no semiárido nordestino (Petrolina/Juazeiro, Vale do São Francisco e Baixo Jaguaribe/Mossoró/Vale do Açu), Bezerra (2015) conclui que as grandes redes de supermercado exercem um domínio sobre o capital produtivo, controlando, à distância, as regiões produtoras e influenciando decisivamente na exclusão

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

dos pequenos produtores, no controle de preços, na difusão de hábitos urbanos no campo, nas cadeias de valor de produtos alimentares e no controle de qualidade da produção.

NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E REESTRUTURAÇÃO URBANA

Os centros urbanos das RPAs, imprescindíveis para a realização do agronegócio globalizado, tornam-se importantes elos dos circuitos espaciais produtivos e dos círculos de cooperação, cujo alcance é mundial. A agricultura intensiva demanda um espaço urbano capaz de oferecer um conjunto de atividades especializadas que atendam a seu crescente consumo produtivo por máquinas e implementos agrícolas, sementes, insumos químicos, assistência técnica agronômica, finanças, pesquisa agropecuária, laboratórios, transporte, logística entre outros. As cidades adjacentes à produção agropecuária modernizada abrigam agentes de diferentes circuitos da economia urbana para atender às exigências do campo modernizado, desde a pequena casa de comercialização de ferragens para reparos no maquinário agrícola, caminhoneiros autônomos e sedes modestas de sindicatos de trabalhadores rurais, até as grandes concessionárias de empresas transnacionais de colhedoras e plantadoras, *tradings* agrícolas, agroindústrias, bancos, escritórios de influentes associações setoriais e sindicatos patronais, empresas de logística, centros de pesquisa biotecnológica e toda uma gama de agentes que prestam serviço em veterinária, agronomia, engenharia genética, administração, meteorologia etc. (Elias, 2011, p. 159).

O poder público municipal também se molda ao agronegócio e, de maneira geral, pratica uma política, às vezes agressiva, em favor de uma economia cada vez mais especializada (em função de demandas específicas de produtos e serviços de cada setor particular da agropecuária) comandada por grandes empresas, e que responde a demandas externas ao lugar. "Tal situação acontece, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas e, assim, criar muitos novos fluxos, materiais e de informação [...]" (Elias, 2011, p. 159).

Dessa dialética que se estabelece entre as regiões produtivas e os territórios municipais que a constituem (Castillo, 2008a), entre a solidariedade organizacional (Santos, 1996) que caracteriza a produção e a solidariedade institucional (Castillo, Toledo & Andrade, 1997) que define os municípios, entre o Mercado e o Estado, emergem a competitividade regional e a vulnerabilidade territorial (Castillo, 2015). Cada município, cada centro urbano, cada economia local reage de forma particular às oscilações dos preços das *commodities* agropecuárias nos mercados internacionais, às decisões das grandes empresas, às políticas públicas estaduais e federais (investimentos em infraestruturas e normas), mas todos eles são vulneráveis a agentes externos ao lugar e a contingências que não podem controlar.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Nessas condições, duas importantes assertivas merecem destaque. A primeira é que as relações campo-cidade tornam-se muito mais complexas do que já foram no passado. As interações espaciais ganham em densidade e complexidade, levando "esses dois espaços a emitir e receber larga quantidade de fluxos de matéria e informação, de várias naturezas e magnitudes. O resultado é uma total reorganização do território brasileiro, agrícola, urbano e regional" (Elias, 2011, p. 160). A segunda proposição diz respeito ao aprofundamento das desigualdades socioespaciais presentes nos espaços urbanos não metropolitanos, particularmente no âmbito de regiões produtivas do agronegócio (Pequeno & Elias, 2010).

No âmbito da discussão sobre a urbanização do Cerrado e da ocupação da força de trabalho a partir das dinâmicas do agronegócio (Peixinho, Bernardes, Scopel & Melo, 2003), Vieira (2015) observa que a consolidação da cadeia grãos-carnes no eixo da BR 163, particularmente nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso no Mato Grosso - uma região produtiva do agronegócio altamente competitiva, mas ainda com déficits na dimensão logística (a exemplo do Mato Grosso do Sul) - tem provocado uma reestruturação urbana combinada com uma precarização do trabalho, particularmente nas atividades agroindustriais. As condições dessa urbanização corporativa tornam as sedes desses municípios atrativas às grandes empresas de processamento de carnes, antes restritas às macrorregiões Sul e Sudeste do país, que pretendem aumentar suas escalas de produção e que buscam proximidade com as fontes de matéria-prima, como a BRF (Brasil Foods).

Ao longo da década de 2000, os três municípios citados vêm ganhando população e "configuram um polo de atração de migrantes de diferentes regiões do país que abandonam suas localidades de origem para ocuparem vagas de trabalho acertadas ou não, tornando a migração um dos principais componentes de seu crescimento populacional" (Vieira, 2015, p. 9.707). Mas esse crescimento não ocorre sem contradições, uma vez que os investimentos públicos em infraestrutura e serviços não acompanharam o crescimento demográfico decorrente das migrações ascendentes e descendentes, gerando precariedade habitacional e pobreza urbana, também decorrente do "descompasso entre os baixos salários pagos e o alto custo de vida nestas cidades" (Vieira, 2015, p. 9.710).

Também com base no pressuposto de que a reestruturação da agropecuária delegou novas funções às cidades, Gomes & Baccarin (2015) abordam as relações cidade-campo na cafeicultura científica globalizada (Frederico, 2013) no município de Santo Antonio do Amparo (MG). Da mesma forma, Sodré & Ramires (2015) desenvolvem um estudo sobre as relações campo-cidade na região de influência de Araguaína (TO), cujos municípios envolvidos foram selecionados a partir dos fluxos de produtos agropecuários. Os autores constatam que a soja é o principal produto da reorganização da rede urbana regional

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

polarizada por Araguaína, juntamente com a pecuária (que se reorganiza e disputa terras principalmente com os grãos, mas também com a cana-de-açúcar).

> Reconhece-se (...) que nesse conjunto de cidades, as grandes empresas instalam-se majoritariamente naquelas que já possuem relativa centralidade, como em Redenção, Tucumã, Araguaína e Balsas, sugerindo uma relação dialética entre a chegada dessas empresas e o espaço que as acolhem. Elas sem dúvida fomentam o processo de urbanização, a centralidade e as interações espaciais de tais centros, mas a 'situação geográfica' (...), as rugosidades (...) e a rede urbana pré-estabelecida, incluindo as condições de logística e as forças políticas regionais, não são neutras nesse processo (Sodré & Ramires, 2015, p. 9.649).

Ao analisar a difusão de frutas tropicais na RPA localizada entre o Baixo Jaguaribe (CE) e o baixo Açu (RN) - a segunda mais importante região produtora de frutas do Nordeste, Elias & Gomes (2015) chamam a atenção para o fato de que houve um significativo incremento do comércio e dos serviços destinados ao consumo produtivo da fruticultura irrigada principalmente nas cidades de Mossoró (RN) e Limoeiro do Norte (CE), particularmente "de pesquisa agropecuária, de assessorias técnicas, de transporte de carga, de ensino técnico e tecnológico etc., modificando o grau e complexidade da urbanização da região" (Elias & Gomes, 2015, p. 9.675) e concluem que "o espaço intra-urbano das cidades desta região tem sofrido profundas transformações [das quais] ressaltam-se a (re) produção desordenada da mancha urbana, a degradação do meio ambiente, o aumento dos processos de segregação socioespacial, entre outras" (p. 9.675-6).

CONCLUSÃO

O que foi discutido ao longo desse artigo revela a importância da produção de um conhecimento crítico sobre as espacialidades do agronegócio globalizado, uma vez que ele é, reconhecidamente, um setor chave da economia brasileira e impõe usos corporativos a porções crescentes do território nacional. Trata-se de fazer emergir as contradições que decorrem de sua expansão e consolidação e do modelo de desenvolvimento pautado na exportação de matérias-primas agrícolas e agroidustriais, alimentares e energéticas.

Tal modelo tem provocado drásticas transformações nos modos de vida e nas práticas sociais no campo, reforçando, reinventando e até intensificando heranças socioespaciais reprodutoras de desigualdades, que há muito deveriam ter sido superadas, como a estrutura fundiária altamente concentrada, a expropriação e a expulsão de pequenos agricultores, o controle oligopolizado de recursos básicos como a água, o desrespeito ao meio ambiente e aos modos de vida ancestrais, a segregação urbana e a precarização do trabalho.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A questão agrária, cujo fim chegou a ser anunciado por alguns, continua mais viva do que nunca no Brasil e em muitos outros países periféricos, cujo campo é, cada vez mais, controlado por grandes empresas transnacionais e crescentemente submetido à lógica do capital financeiro, com a conivência e a cooperação, de diferentes formas e em diversos graus, dos respectivos Estados Nacionais.

Os trabalhos apresentados no eixo "Regiões do Agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana", proposto para o XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, ocorrido em Presidente Prudente em outubro de 2015, trouxeram importantes contribuições para a renovada questão agrária brasileira, como o papel das inovações tecnológicas e organizacionais, exigentes de capitais mais robustos, na exclusão ou subordinação dos pequenos produtores; o deslocamento de fundos especulativos para o mercado de alimentos e de agrocombustíveis; a expansão da cadeia grãos-carnes e do setor sucroenergético para o bioma Cerrado; a logística agroindustrial como pauta prioritária dos investimentos públicos em infraestruturas de circulação; as novas relações campo-cidade desencadeadas pela regionalização produtiva do agronegócio do café, da soja e da fruticultura irrigada; a expansão da fronteira agrícola moderna na Amazônia; a competitividade agroindustrial da soja na Argentina; o papel do capital varejista e da grande distribuição no controle da produção e dos produtores agrícolas no semiárido; as mudanças na rede urbana regional polarizada por grandes empresas do agronegócio; a fragmentação e alienação dos territórios no Oeste Baiano; as políticas públicas guiadas pelo ideário da competitividade; e a precarização do trabalho na agropecuária modernizada.

Esses e outros temas emergentes relacionados ao grande agronegócio surgem como um desafio para a pós-graduação em Geografia no Brasil, sob as mais diversas abordagens teóricas e metodológicas, revelando uma pauta de pesquisa imprescindível para fundamentar políticas públicas que visem transformar as realidades do campo e da cidade no país.

São muitos os desafios que podem ser entrevistos na construção da pauta de pesquisa acima mencionada. Um deles aponta para a necessidade de compreender e analisar as especificidades dos lugares, considerando as bases material (natural e técnica) e organizacional, no processo de regionalização, uma vez que o agronegócio globalizado - portador de uma racionalidade única e obediente a princípios de homogeneização - precisa de lugares específicos para se realizar e se desenvolver, o que acaba gerando especificidades, tanto em relação à produção e à circulação, quanto em relação às implicações locais envolvidas. Isso permitiria a construção de um quadro interpretativo que levasse em conta tanto as dinâmicas hegemônicas que se padronizam, quanto as singularidades resultantes

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

do encontro entre as ações verticais e o espaço herdado, do embate entre a ordem global e a ordem local (Santos, 1996), permitindo caracterizar de maneira mais qualificada as regionalizações associadas ao agronegócio.

Nesse mesmo sentido, cada ramo do agronegócio (soja, café, algodão, pasta de celulose, frutas tropicais, borracha natural, cana-de-açúcar, laranja etc.) possui suas particularidades. Conhecer as características intrínsecas de cada produto é essencial para compreender sua regionalização e o comportamento de seu circuito espacial produtivo. Cada produto ou ramo impõe condições específicas aos lugares, constrói suas próprias organizações de solidariedade, vincula-se a um mercado internacional particular, exige insumos químicos e biotecnológicos e maquinários especializados e demanda uma logística adaptada às suas condições. Por isso, são raros os lugares (municípios ou grupos de municípios) que poderiam abrigar mais de uma região produtiva do agronegócio, pois a competitividade regional exige a especialização extrema.

Outro ponto importante desta pauta é justamente a relevância da análise da vulnerabilidade dos lugares diante da especialização regional produtiva. É de fundamental importância desenvolver metodologias que permitam analisar e compreender como cada município pertencente a uma RPA reage diante das oscilações dos mercados, da volatilidade dos capitais financeiros e das decisões unilaterais das grandes empresas envolvidas na produção especializada. Trata-se aqui, mais uma vez, de resgatar o par dialético formado pelas noções de *lógica dos territórios,* à qual a maioria dos agentes está sujeita, e *lógica das redes*, que caracteriza os agentes hegemônicos.

Acreditamos que a convergência dessas questões revela que o eixo de discussão "Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana" oferece um caminho prospectivo, a um só tempo analítico, operacional e crítico para o enfrentamento dos desafios impostos à geografia contemporânea brasileira e latino-americana.

REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE, Bruno Milan Carneiro de. A evolução dos territórios em rede e o avanço das normas técnicas na atividade leiteira no estado do Rio de Janeiro. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015
2. ANTAS JR., Ricardo Mendes. O complexo industrial da saúde no Brasil: uma abordagem a partir dos conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação no espaço. **GEOgraphia**, v. 16, n. 32, 2014

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

3. BACELAR, Tania. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva? In: CASTRO I. E. et al. (org.). **Redescobrindo o Brasil:** 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

4. BENDER, Pablo Martin. Características espaciais e logísticas da agroindústria de soja argentina: a política agroexportadora a partir dos governos Kirchner/Fernandez. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

5. BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio e redes de produção global: do mercado de confiança ao controle da produção pelos supermercados. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

6. BORRAS Jr, Saturnino M.; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, Issue 4, p. 402-416, 2012.

7. BRAGA, Vanderlei; CASTILLO, Ricardo. Tipologia e topologia de nós logísticos no território brasileiro: uma análise dos terminais ferroviários e das plataformas multimodais. **Boletim Campineiro de Geografia,** v. 3. n. 2, 2013

8. BRISTOW, Gillian. Everyone's a "winner": problematising the discourse of regional competitiveness. **Journal of Economic Geography**, n. 5, pp. 285-304, 2005

9. BÜHLER, Eve-Anne.; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. Agricultura empresarial: novidades e desafios para a pesquisa sobre o rural. **Anais**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 2012, p. 1-21

10. CASTILLO, Ricardo. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. **Anais**. IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul (RS), 2008a

11. CASTILLO, Ricardo. Sustentabilidade, desenvolvimento e globalização. In: OLIVEIRA, M. P. et al. (org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Anpege: Clacso: Faperj: Lamparina, 2008b

12. CASTILLO, Ricardo. A expansão do setor sucroenergético no Brasil. In: BERNARDES, J. A. et al. (org.). **Espaço e energia**: mudanças no setor sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013

13. CASTILLO, Ricardo. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **GEOgraphia**, ano 17, n. 35, 2015

14. CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 09, número 18, 2010a

15. CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3): 461-474, 2010b

16. CASTILLO, Ricardo; TOLEDO JR, Rubens de; ANDRADE, Julia. Três dimensões da solidariedade em geografia: autonomia político-territorial e tributação. **Experimental**, n. 3, p. 69-99, setembro 1997

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

17. COGUETO, Jaqueline Vigo. Globalização e (re)invenção de regiões: as indicações geográficas como fato e como ferramenta. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

18. CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. et al. (org.) **Explorações geográficas**: percursos do fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

19. DELGADO, Guilherme. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, 2(1): 79-97, 1985

20. DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012

21. DIAS, Leila Christina. A importância das redes para a regionalização brasileira: notas para discussão. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. **Brasil Século XXI** - por uma nova regionalização: agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 161-172

22. DUBOS-RAOUL, Marine; BÜHLER, Eve Anne. Expansion de l'agribusiness sucro-énergétique au Brésil et modèles de développement : le cas de la région de Dourados (État du Mato Grosso do Sul). **Géographie, Economie, Société**, v. 17, p. 459-483, 2015

23. ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J.; SILVA, C. A.; ARRUZZO, R. C. **Espaço e energia**: mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 201-220

24. ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. Revista **Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011

25. ELIAS, Denise. Agricultura e produção dos espaços urbanos não-metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular (Coleção Geografia em Movimento), 2007, p. 113-138

26. ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste/Etene, 2006, p. 25-81

27. ELIAS, Denise; GOMES, Iara Rafaela. Agricultura e urbanização: estudo de uma região produtiva do agronegócio no Nordeste brasileiro. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

28. ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9. n. 1, 2007, p. 25-39

29. ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. GEOgrahia (UFF), v. 17, p. 10-39, 2015

30. ESTEVES, Marcel Petrocino. Volatilidade de preços de commodities agrícolas e estrangeirização de terras: implicações para o uso agrícola do território e para a soberania alimentar. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

31. FACCIN, Ana Carolina Torelli Marquezini. Regiões competitivas da soja em Mato Grosso do Sul: especialização produtiva e reestruturação logística. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

32. FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 33, p. 5-23, 2011

33. FREDERICO, Samuel. Cafeicultura científica globalizada e as montanhas Capixabas: a produção de café arábica nas regiões do Caparaó e Serrana no Espírito Santo. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 1, p. 7-20, 2013

34. GOMES, Luciano Campos; BACCARIN, José Giácomo. As relações campo-cidade no atual período técnico-científico-informacional: algumas considerações teóricas e metodológicas. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

35. GUIBERT, Martine; BÜHLER, Eve Anne; REQUIER-DESJARDINS Denis. Entreprises agricoles et globalisation des espaces ruraux. Éclairages à partir de l'Argentine, du Brésil et de l'Uruguay. **Géographie, Economie, Société**, v. 17, p. 387-408, 2015

36. HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes, 1998

37. LIMA, Débora Assumpção e; NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. O Tocantins, a violência e a expansão da fronteira agrícola "pacificada" pelo capitalismo. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

38. MANZONI NETO, Alcides. Uma análise da coexistência de territórios rurais e regiões do agronegócio no Brasil: implicações para políticas de desenvolvimento rural. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

39. MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859]

40. MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização "em rede". São Paulo: Ed. Unesp, 2000

41. MENEZES, William Guedes Martins Defensor. Municípios com territórios alienados e fragmentados e a agricultura científica globalizada. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

42. MESQUITA, Fernando Campos. Conhecimento localizado no agronegócio: evidências da agroindústria canavieira em Goiás. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

43. MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Anablume: Hucitec, 2002

44. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991

45. PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Neoliberalizing space. **Antipode**, v. 34, Issue 3, p. 380-404, 2002

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

46. PEIXINHO, Dimas Moraes; BERNARDES, Julia Adão; SCOPEL, Iraci; MELO, Nágela Aparecida de. A reestruturação espacial e a interação entre o local e o global: o exemplo da soja. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 23, n. 1, 2003

47. PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. Tendências da urbanização e os espaços urbanos não metropolitanos. **Cadernos Metrópole**, v. 12, n. 24, p. 441-465, 2010

48. PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, jul./set., p. 411-424, 2009

49. RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E. et. al. (org.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização?** Processos, escalas, agentes. São Paulo: Max Limonad, 2004

50. SANTOS, Camila Dutra dos. Difusão do agronegócio e região: a RPA de Barreiras. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

51. SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia** n. 54. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1977

52. SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988

53. SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993

54. SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994

55. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996

56. SANTOS, Milton. Da Política do Estado à Política das Empresas: Globalização e Política, **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, 3 (6):3-191, jul/dez 1997

57. SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002

58. SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Record, 2001

59. SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998

60. SILVA, Ricardo Gilson da Costa; CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Avanço do agronegócio da soja na Amazônia brasileira: análise comparativa dos municípios de Vilhena (RO), Santarém e Belterra (PA). **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

61. SILVA, William Ferreira; PEIXINHO, Dimas Moraes. A expansão do setor sucroenergético em Goiás: a contribuição das políticas públicas. **Campo-Território**, v. 7, n. 13, p. 97-114, 2012

62. SODRÉ, Reges; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Relações campo-cidade na região de influência de Araguaína-TO: uma caracterização preliminar. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

63. VIEIRA, Nivea Muniz. A cadeia carne/grãos da BR-163 sob a perspectiva do trabalho. **Anais**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente Prudente, 2015.

Artigo recebido em 28 de junho de 2016.
Artigo aceito em 28 de julho de 2016.